



MOÇÃO A

Greve Geral, 24 de novembro, Um dia de Indignação, contra os cortes e a austeridade!

aprovada no

Plenário de Professores Contratados e Desempregados do SPGL de 22 de outubro de 2011

Todos nós temos plena consciência de que o governo decidiu usar os trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente os professores e educadores, como meio privilegiado de combater o deficit das contas públicas e de encontrar soluções para a grave situação financeira em que alguns – que não os trabalhadores da Administração Pública nem os professores e educadores – colocaram o país.

No que respeita aos docentes contratados Nuno Crato afirmou que é inevitável, devido à crise, o despedimento de Professores. Não foi inevitável porque decidiram acabar com áreas curriculares não disciplinares, alterar o crédito horário atribuído a cada escola, o regresso à escola de muitos docentes que se encontravam destacados em organismos públicos, nomeadamente em órgãos do ME, obrigar os colegas bibliotecários e os coordenadores de estabelecimento do 1º CEB, em muitos casos, a assumirem turma, provocaram um desmesurado número de desempregados e, o conseqüente aumento da carga horária para todos os docentes. Esta situação não se deve a qualquer corte na “gordura do Estado” mas sim a uma clara amputação numa questão essencial: nos recursos humanos necessários ao bom funcionamento de um serviço público.

A imposição destas medidas têm sido acompanhada de uma persistente campanha nos órgãos de comunicação social assente na falsa tese de que Portugal tem um número excessivo de funcionários públicos, nomeadamente de professores que seriam muito bem pagos e responsáveis pelo agravamento do deficit. Tese absurda: os docentes não são muito bem pagos (cresce o número de docentes contratados, com vencimentos baixos) e de desempregados, pelo que estes não podem ser de forma tão evidente, responsabilizados pela derrapagem das contas públicas.

Tão grave como ignorar as dificuldades criadas é aceitar passivamente que estas sejam as medidas justas, necessárias e eficazes para resolver a crise. Não são justas porque obrigam a que o maior peso, não só pelas medidas atrás denunciadas mas também pelo aumento desmesurado dos impostos que a todos atingem, recaia sobre os mais fracos e de certeza os menos culpados pelos gastos excessivos do Estado; não são necessárias porque se impunha que o aumento de receitas se fizesse pelo sério combate à fraude e evasão fiscais, pela taxaço das transações bolsistas e lucro dos bancos, pelo aumento de impostos sobre as grandes riquezas, pela aposta no desenvolvimento sustentável do país... E que a diminuição de despesas assentasse no combate ao desperdício, à duplicação de serviços e pela utilização racional dos recursos existentes nos serviços públicos em vez de se recorrer a serviços externos principescamente pagos. Não são eficazes porque, como é já reconhecido por todas as autoridades na matéria, provocarão uma sensível recessão na nossa economia, fazendo diminuir as receitas e ameaçando agravar o desemprego, que já este ano, no dia 1 de setembro, tinha atingido mais de 37 mil docentes do ensino não-superior.

Estamos numa altura em que se torna necessário responder a estas políticas; ao ataque à Escola Pública; a mais exigências! Isto só se faz com mais Professores! **Essa resposta faz-se contigo!** É preciso consciência social!

É hora de dizer que não aceitaremos ser os bodes expiatórios da criminosa irresponsabilidade de banqueiros, especuladores financeiros e da submissão passiva dos governos aos ditames dos mercados. É tempo de reagir em defesa da nossa vinculação a uma carreira, dos nossos salários, das nossas condições de trabalho, dos concursos públicos nacionais e transparentes, da Escola Pública, ela também em vias de ser fortemente atacada pelo Orçamento de Estado em discussão na Assembleia da República! Não deixes que tudo se perca, para então reagires! Se não nos deixam sonhar, então não os vamos deixar dormir! Indigna-te, participa! Aderimos à

Greve Geral Nacional de 24 de novembro

e a todas as iniciativas de luta que doravante sejam convocadas, pois está em causa a Democracia e também a Escola Pública, pelas medidas de austeridade impostas pela Troika aceites e aprovadas por este Governo.

É hora de agir, antes que seja tarde demais! Que se faça cumprir a Constituição da República Portuguesa tal como está inscrito no que concerne aos direitos sociais e laborais aí consagrados.